

XXV ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI - BRASÍLIA/DF

HISTÓRIA DO DIREITO

ÁLVARO GONÇALVES ANTUNES ANDREUCCI

JULIANA NEUENSCHWANDER MAGALHÃES

RICARDO MARCELO FONSECA

Todos os direitos reservados e protegidos.

Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet – PUC - RS

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim – UCAM

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Maria dos Remédios Fontes Silva – UFRN

Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes – IDP

Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba – UFSC

Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Representante Discente – Doutoranda Vivian de Almeida Gregori Torres – USP

Conselho Fiscal:

Prof. Msc. Caio Augusto Souza Lara – ESDH

Prof. Dr. José Querino Tavares Neto – UFG/PUC PR

Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches – UNINOVE

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS (suplente)

Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas – UFG (suplente)

Secretarias:

Relações Institucionais – Ministro José Barroso Filho – IDP

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF

Educação Jurídica – Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues – IMED/ABEDI

Eventos – Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – FUMEC

Prof. Dr. Jose Luiz Quadros de Magalhaes – UFMG

Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano – USP

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr – UNICURITIBA

Comunicação – Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC

H673

História do direito [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UnB/UCB/IDP/UDF;

Coordenadores: Álvaro Gonçalves Antunes Andreucci, Juliana Neuenschwander Magalhães, Ricardo Marcelo Fonseca – Florianópolis: CONPEDI, 2016.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-193-7

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: DIREITO E DESIGUALDADES: Diagnósticos e Perspectivas para um Brasil Justo.

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Encontros. 2. História do Direito. I. Encontro Nacional do CONPEDI (25. : 2016 : Brasília, DF).

CDU: 34



Florianópolis – Santa Catarina – SC
www.conpedi.org.br

XXV ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI - BRASÍLIA/DF

HISTÓRIA DO DIREITO

Apresentação

A história do direito é uma área jovem no campo acadêmico brasileiro. Como qualquer disciplina em consolidação, apresenta fortes desafios, que oscilam entre a profissionalização e o rigor acadêmico (indubitavelmente presentes na área no Brasil) e um certo diletantismo. Assim como o grande historiador francês do século XX, Phillippe Ariès, dizia-se (no caso dele, pela mais legítima modéstia) um mero “historiador domingueiro”, no Brasil temos ainda muitos acadêmicos provenientes de outras áreas alheias à história do direito que se aventuram nas plagas da “história do direito”. Os resultados desse fenômeno são heterogêneos: de um lado, vemos como altamente positivo que haja um interesse crescente pelo passado jurídico e pelo esforço de compreensão da esfera jurídica pelas lentes históricas; de outro lado, porém, vemos algumas aproximações à disciplina sem a devida mediação metodológica, sem a devida compreensão de que “atingir” o passado não é tarefa simples, mas que exige ferramentas e adestramento, sob pena de se cometer uma série de “pecados” teóricos – sendo que o maior deles para o historiador, segundo o célebre Lucien Febvre, era o pecado do anacronismo.

Os resultados compilados nessa nova coletânea do CONPEDI revela, a um só tempo, o robustecimento do GT de História do Direito, já que muito nos impressiona pela quantidade de trabalhos enviados (sendo alguns de excelente qualidade), e a heterogeneidade da produção acadêmica da área de história do direito no nosso país.

Como coordenadores do GT, nossa tarefa é sobretudo aquela de, durante o desenvolvimentos dos trabalhos no encontro do CONPEDI, encaminhar as discussões de modo a pontuar as especificidades teóricas e metodológicas do campo da História do Direito, refletindo sobre os limites de um campo do saber ainda em consolidação no Brasil.

Enquanto organizadores dos anais do GT, incumbe-nos organizar as contribuições dos participantes, ordenando-os tematicamente, em consonância com a temática geral do XXV Encontro Nacional do CONPEDI e de forma a tornar minimamente coerente a organização da diversidade temática e metodológica presente no corpo de textos apresentados. Assim, tendo em vista o arco temático “Direito e Desigualdades: diagnósticos e perspectivas para um Brasil justo”, organizamos da seguinte forma os trabalhos apresentados no GT História do Direito do XXV CONPEDI:

- 1) História do Direito e do Pensamento Jurídico
- 2) História do Direito na Europa
- 3) História do Direito e construção do Estado brasileiro
- 4) História Constitucional brasileira

No primeiro bloco, História do Direito e do Pensamento Jurídico, inauguramos o volume, em homenagem à temática geral do XXV Encontro Nacional do CONPEDI, com uma reflexão de caráter metodológico sobre a Nova História, a partir do estudo da obra *Las mujeres ante la ley en la Cataluña moderna*, de Isabel Pérez Molina, que aborda a condição das mulheres na Idade Moderna. No texto intitulado *Melheres perante a lei na Catalunha moderna*, Maria ereza Fonseca Dias pretende contribuir para a compreensão dos fenômenos sociojurídicos do passado relacionados à temática de gênero.

Em seguida apresentamos textos que abordam aspectos de uma historiografia dos conceitos, o primeiro intitulado *O conceito de Justiça na História*, escrito por Ana Carolina Nunes Furtado e o segundo *O conceito de soberania entre a formação das cidades medievais e a sociedade internacional clássica*, escrito por Marcelo Markus Teixeira e Idir Canzi. Nesse último, a pesquisa histórica sobre o conceito de soberania leva a uma problematização da noção de soberania na Idade Média, abrindo espaço para se discutir a modernidade desse conceito em face do surgimento de uma sociedade de Estados, assim como do Direito Internacional.

O segundo bloco é composto por artigos que abordam temas variados da história do direito na Europa. Dada a proximidade temática com o último texto do bloco precedente, inauguramos esse grupo de textos com o ensaio *Estado, Direito e religião na ordem jurídica medieval*, em que Viviane Lemos da Rosa e William Soares Pugliese desenvolvem diferentes aspectos da ordem jurídica medieval, com enfoque nos temas do pluralismo jurídico, da ausência de unidade política e da importância que a religião adquiriu na formação de uma cosmovisão medieval. Os dois últimos textos desse bloco recuperam expressões do Direito Romano, com enfoque sobre a visão romanista da estrutura familiar. No texto *A família romana: contributo histórico-jurídico*, no qual Maisa de Souza Lopes e Vivian Gerstler Zalcman, no qual se pretende recuperar a contribuição daquela visão para o contexto atual e no estudo. Já Ricardo Alejandro Lopez Tello e Adriana Silva Maillart, no ensaio *Tribuno da Plebe: contextualização histórica do acesso à justiça por métodos extrajudiciais de resolução de conflitos*, têm por objetivo analisar a luta e o resultado das reivindicações da plebe,

enquanto excluídos na sociedade, sobretudo no que diz respeito às suas chances concretas de “acesso à justiça”, pela via do “Tribuno da Plebe”.

O terceiro bloco de artigos, reunidos sob a temática História do Direito e construção do Estado brasileiro tratam de aspectos variados da formação do direito e das instituições jurídico-políticas brasileiras, da época colonial à República. O bloco é integrado por textos sobre o direito penal colonial, de autoria de Karina Nogueira Vasconcelos e Rodrigo Teles de Oliveira e intitulado Penalidade e Colônia: da liberdade punitiva às Ordenações Filipinas numa análise da punibilidade dos homens livres na capitania de Pernambuco; sobre as origens do contrato de arrendamento rural no Brasil, no estudo apresentado por Luís Felipe Perdigão de Castro no texto Os contratos de arrendamento rural no Brasil: origens históricas; assim como sobre a História do Federalismo Fiscal no Brasil Império, Guilherme Dourado Aragão Sá Araujo e Maria Lírida Calou De Araújo e Mendonça, em que se aborda a influência do modelo federalista norte-americano no movimento descentralizador no Brasil da década de 1830, a partir da pesquisa historiográfica e da análise de estudos financeiros e de documentos político-legislativos do Império. Outro interessante estudo é Uma análise da elaboração do Código Comercial brasileiro à luz da doutrina e debates legislativos históricos, em que Alexandre Ferreira de Assumpção Alves e Raphael Vieira da Fonseca Rocha discorrem acerca dos debates na Câmara dos Deputados nos anos que precederam a promulgação do Código Comercial Brasileiro em 1850, dando relevo à votação do projeto em bloco. Nesse segmento, destaca-se ainda, como particularmente afinada com o campo temático do XXV CONPEDI, a pesquisa de Jahyra Helena Pequeno dos Santos e Ivanna Pequeno dos Santos sobre a demanda pelo voto feminino no Brasil e sua abordagem histórica.

O quarto e último segmento, sobre História Constitucional Brasileira inicia-se com uma interessante reflexão sobre as expressões da temporalidade na história constitucional brasileira, elaborada por Luiz Fernando de Oliveira no artigo Tempo que passa, tempo que fica: o prescritível e o imprescritível como expressões de temporalidades na história constitucional brasileira. Em seguida apresentam-se pesquisas diversas sobre as transformações históricas em diferentes aspectos do constitucionalismo brasileiro, como ocorre nos textos A evolução do modelo burocrático de gestão brasileiro na República, de autoria de Daniela Almeida Bittencourt e Fabrizia Angelica Bonatto Lonchiati; A tutela constitucional da cultura no Brasil, de Letícia Menegassi Borges e Análise da gestão privada de recursos públicos a partir da contextualização histórica das políticas públicas de saúde no Brasil, escrito por Elda Coelho De Azevedo Bussinguer e Shayene Machado Salles. Ainda nesse bloco, uma reflexão sobre a evolução do constitucionalismo brasileiro à luz da nova

perspectiva do constitucionalismo latino-americano, no trabalho *Texto e contexto do constitucionalismo brasileiro: releituras a partir do constitucionalismo latino americano do século XXI*, que tem por autor Pedro Henrique Nascimento Zanon.

Dois textos abordam a temática da história das transições políticas no Brasil. De forma mais direta, o texto *Poder Judiciário, Regime Autoritário e Memória: a narrativa institucional sobre o regime autoritário*, de Vanessa Dorneles Schinke, descreve a narrativa oficial sobre a atuação do poder judiciário durante o regime autoritário de 1964-1985 que foi apresentada nos espaços de memória da justiça comum brasileira. Já o texto *De Médici a Marighella: uma história “certa” escrita por linhas tortas, ou uma história “torta” escrita por linhas certas*, escrito por Filipe Segall Tavares, José Maria Barreto Siqueira Parrilha Terra, parte de relato de um caso relacionado com a temática dos “lugares da memória” para empreender um debate, a partir de Michel Foucault, sobre aspectos epistemológicos da história do direito.

Veja-se, pois, uma amostragem da produção científica no campo da História do Direito no Brasil, que convidamos nosso leitor a visitar.

Prof. Dr. Álvaro Gonçalves Antunes Andreucci (UNINOVE)

Profa. Dra. Juliana Neuenschwander Magalhães (UFRJ)

Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR)

DE MÉDICI A MARIGHELLA: UMA HISTÓRIA “CERTA” ESCRITA POR LINHAS “TORTAS”, OU UMA HISTÓRIA “TORTA” ESCRITA POR LINHAS “CERTAS”?

MEDICI TO MARIGHELLA: A HISTORY "SHORT" WRITTEN BY "PIES" LINES, OR A STORY "PIE" WRITTEN BY LINES "RIGHT"?

**Filipe Segall Tavares
José Maria Barreto Siqueira Parrilha Terra**

Resumo

Neste estudo buscaram-se alguns objetivos. O primeiro consiste em apresentar duas das possíveis formas de escrita histórica, a fim de elaborar uma comparação crítica entre o estruturalismo e o pós-estruturalismo, utilizando o arcabouço teórico de Michael Foucault. O segundo objetivo, trata de apresentar algumas das razões e possibilidades da chamada crise epistemológica provocada pelo modo pós-estruturalista de escrita histórica. O terceiro objetivo seria discutir se o pós-estruturalismo seria uma superação do modo estruturalista de escrita histórica ou se seria apenas este sendo levado as suas últimas consequências.

Palavras-chave: Pós-estruturalismo, Escrita histórica, Cultura

Abstract/Resumen/Résumé

This study sought to some goals. The first is to present two of the possible forms of historical writing in order to draw up a critical comparison between structuralism and post-structuralism, using the theoretical framework of Michael Foucault. The second objective is to present some of the reasons and possibilities of the call epistemological crisis caused by post-structuralist mode of historical writing. The third objective was to discuss the post-structuralism would be overcoming the structuralist mode of historical writing or if it was just this being taken to its ultimate consequences.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Post-structuralism, Historical writing, Culture

1) INTRODUÇÃO

A pretensão deste estudo, ainda que não absoluta, reside em apresentar de forma crítica algumas formas de escrever a história, partido desde a forma estruturada e tida comumente como tradicional, ao que é tido como seu paradigma apenas, e apenas, o oposto, o modo pós-estruturalista. Para tanto, além das digressões teóricas será abordado um breve, mas nem por isso menos importante estudo do caso da mudança de nome da Escola Presidente Médici para Escola Carlos Marighella. Neste sentido será abordado o processo adotado para a ocorrência desta alteração, bem como a reação do General pública do General Paulo Chagas a respeito deste fato.

Desta forma apresenta-se uma conceituação inicial do que seria então o estruturalismo. Este se situa então como contestação da visão existencialista francesa, onde de acordo com Sartre, o homem estaria “Condenado a ser livre”. Para os estruturalistas, a ação humana acontece sempre dominada por estruturas que cercam a humanidade, ainda que a revelia desta, e muitas das vezes sem que esta se de conta deste envolvimento comportamental (RAGO, 2014, pag.106). As atuações destas estruturas de limitação das liberdades humanas estariam relacionadas com as mais variadas áreas, apresentando-se em estruturas mentais, linguísticas, econômicas, políticas, entre outras.

Podem-se citar neste sentido os estudos de Saussure na área da linguagem, ao colocar a linguagem como estrutura de convenção simbólica, adotada de forma aparentemente “natural”. Na vertente das culturas humanas Lévi-Strauss elaborou análise de que os membros de uma determinada cultura pensam ou não tendo como parâmetros as estruturas nas quais estão inseridos, ou seja, até mesmo a cultura estaria condicionada as estruturas. Por fim, cita-se Altusser, que coloca a sociedade como um todo estruturado, superando a ideia de causalidade.

Realizadas estas breves digressões a respeito do pensamento estruturalista, passa-se então a tentativa de breve elucidação do que seria o pós-estruturalismo. Pode-se então iniciar apresentando este pensamento como a tentativa de superação do estruturalismo. Esta superação inicia-se como sistema a partir da década de 1960, onde na seara da história os acontecimentos e a própria escrita histórica devem descoloca-se dos fatos

“heroicos” dos personagens marcantes (reis, presidentes, governantes, santos, etc...), para acontecimentos do dia-a-dia, do “povo”, daqueles que estão no oculto histórico, ou nos termos de Peter Burke (1992, pag.107) na “História vista de baixo”.

Contudo cabe neste momento uma advertência, por hora posta como ideia, mas que mais adiante neste estudo será abordada de maneira esclarecedora e a aparentemente conclusiva. Nas palavras de José Antônio Vasconcelos (2014, p. 107):

O pós-estruturalismo distingue-se do estruturalismo que o precedeu, não propriamente por negar suas premissas, mas por levá-las às últimas consequências. Se nossos modos de pensar e agir são condicionados por estruturas inconscientes, então a própria abordagem estruturalista em ciências humanas não é outra coisa se não uma resposta lógica às estruturas imanentes à cultura ocidental contemporânea. Neste sentido, não haveria ponto de vista privilegiado, não haveria ponto de vista privilegiado, não haveria abordagem objetiva, e os teóricos estruturalistas, ao empreenderem análises pretensamente objetivas das realidades sociais que estudam, acabam paradoxalmente criando as condições que tornam possível negar a objetividade de suas próprias conclusões. De fato, se não há pensamento que não seja determinado por estruturas inconscientes, então a própria hipótese estruturalista de que “não há pensamento que não seja determinado por estruturas inconscientes” é ela própria determinada por estruturas inconscientes.

A situação acima revela um paradoxo, inerente tanto forma estruturalista, quanto a forma pós-estruturalista, uma vez que a negação recíproca entre os pensamentos apresenta-se na verdade como afirmação de uma forma na outra, como se pretende apresentar no decorrer deste estudo.

2) O ESTRUTURALISMO E PÓS-ESTRUTURALISMO E A CRISE EPISTEMOLÓGICA DA ESCRITA HISTÓRICA.

A crise epistemológica materializa-se quando os historiadores da década de 1970, insatisfeitos com os resultados dos modelos de “História científica” buscam uma releitura dos fatos e acontecimentos históricos, buscando o que seria a “História vista de baixo”, ou seja, aquela lastreada em acontecimentos do cotidiano. A questão que se encerra com esta mudança de observação e narrativa histórica, e que o mesmo pensamento que inclui acontecimentos da “vida comum” bem como seus personagens

anônimos encontra uma escolha a ser feita. Qual seja, assumir critérios científicos vulneráveis, mas que apresenta resultados relevantes, ou, abraçar critérios científicos rígidos mas com resultados quase irrelevantes.

Para que a história fosse considerada finalmente ciência no século XX, e se distanciasse definitivamente de sua indesejada parente a literatura, era necessário que critérios rígidos e procedimentos metodológicos próprios, onde o estudo das estruturas era à base deste método. No entanto esta forma de pensar, estudar e narrar a história em seus sucedâneos, como dito à cima distanciava a história dos fatos da vida. No esforço de solucionar tal crise é que nos anos 1960 e seguintes é que historiadores buscam dialogar com a filosofia e a teoria literária.

Entretanto, a questão teórica não restava resolvida com a inclusão dos fatos cotidianos e dos anônimos excluídos da narrativa histórica, pois bem adverte Antônio Lúcio de Almeida, (1999, p. 87), ao apresentar o pós-estruturalismo como uma versão “pós-moderna” de pensamento e questionar o prefixo “pós”:

Confesso desconhecer a razão do prefixo “pós” na designação desta vertente do pensamento contemporâneo. Talvez se deva a à tendência hoje generalizada de prestigiar a pretensa superação dos paradigmas teóricos passados. De qualquer forma, essa versão mais recente do pós-modernismo vem se impondo como modismo de prestígio em certos meios culturais e acadêmicos, constituindo novo desafio aos defensores da racionalidade objetiva. [...] Como ocorre em outras versões “pós-modernas”, os pressupostos teóricos nem sempre são claramente expostos e justificados, mas a proposta é manifesta: trata-se de uma contestação dos fundamentos das ciências sociais e da própria filosofia, embasada em desenvolvimentos teóricos em torno do papel e da natureza da linguagem. Como fontes inspiradoras menciona-se Foucault, Derrida, Barthes.

A crise epistemológica reside justamente na suposta falta de objetividade do pensamento pós-estruturalista, uma vez que o sujeito histórico é solvido nos acontecimentos pelas “práticas discursivas”. Tomando a máxima de que “A linguagem constitui o sujeito”, esta se impõe como pilar do pós-estruturalismo. Portanto já não há mais um centro, uma mediação estrutural, seja na política, na economia ou em outra estrutura conhecida. O que há então? Haveria apenas “micropoderes”, onde “já não é possível distinguir entre o verdadeiro e o falso, por quanto a própria distinção criada pela linguagem, só possui valor contextual” Almeida, (1999, p. 88).

Esta ausência de objetividade e descentralização do pensamento pós-estruturalista, tem como consequência a impossibilidade de qualquer relação causal na história, pois esta é vislumbrada como sendo o lugar do acaso e fortuito. Não haveria então relação necessária entre os eventos e as relações sociais. Até mesmo a o marxismo ao apresentar “a existência de potencialidades imanentes no processo histórico, que cabe ao homem atualizar, não passa de ilusão”. Almeida, (1999, p. 88). Desprovida então objetividade e racionalidade baseada em uma relação necessária de acontecimentos, fundadas e um centro estrutural, as ciências sociais já não poderia ser mais explicativa, mas tão somente descritiva.

Não haveria, portanto como sustentar uma pretensão de ciência autônoma a história. Assume a história então a condição descritiva da “cultura material”, e esta nada mais seria que um conglomerado de aspectos etnográficos, e a história estaria reduzida a “antropologia histórica”.

A história então passa a ser uma “microhistória”, o objeto de seus estudos seriam então as relações de “micropoderes”. Descreve-se agora não mais as estruturas dos poderes e centros político-econômicos, mas relações de poder familiares, os poderes marginalizados, e todos os demais contidos no dia-a-dia da vida comum. ’

Estes “novos” objetos da história, não estão geralmente registrados em sua grande parte nos documentos escritos oficiais. Portanto a mudança paradigmática do pensamento pós-estruturalista, além de deslocar os objetos de estudo da história, desloca também as suas fontes. As fontes mais adequadas passam a ser então as tradições orais, as memórias da pessoas mais velhas ou mais próximas dos “micropoderes” estudados, a iconografia e qualquer outra fonte que revele o cotidiano oculto do “vivido”.

Além dos “microobjetos”, a cima apresentados, a pesquisa histórica pós-estruturalista passa a debruçar-se na cultura enquanto objeto de estudos. Cabe por hora questionar, se a cultura enquanto objeto, é mais um “microobjeto”, ou seria um todo complexo, tal qual a figuração da “tapeçaria” de Edgard Morin¹, a cultura seria um todo, tal qual a

¹ No quinto capítulo do livro, “Introdução ao pensamento complexo”, Edgard Morin (2007, pag.85), apresenta alegoria da tapeçaria e diz: “Tomemos uma tapeçaria contemporânea. Ela comporta fios de linho, de seda, de algodão e de lã de várias cores. Para conhecer esta tapeçaria seria interessante conhecer

tapeçaria menor e maior que as partes que as compõe, os fios de seu tear. Assim, os “microobjetos” seriam os fios que forma o tear, cultura, ao mesmo maior e menor que suas partes.

2.1 Os possíveis equívocos da escrita história pós-estruturalista

A proposta teórica apresentada por Almeida, (1999, p. 89), é de que a cultura tal qual é estudada, resulta da percepção desta como a clivagem entre cultura erudita e cultura popular. Apesar de reconhecer a riqueza da cultura como objeto de estudo da história, Vasconcelos adverte para um equívoco, quase seja a de que a clivagem entre o erudito e o popular geralmente encobre e não reconhece as interações entre estes dois campos da cultura. Vasconcelos (1999, p. 89) “Induz-se desta forma uma hierarquia valorativa, atribuindo-se ao pólo erudito o lugar dinâmico da mudança e do progresso e ao pólo popular traços de permanência, de repetição e de atraso”. Desta forma as temporalidades estabelecidas resultam em duas. Vasconcelos (1999, p. 89) “um tempo vivo, dinâmico, o tempo das ‘elites’, e um tempo morto, estático, o das camadas populares”.

Após apresentar este primeiro equívoco, Vasconcelos (1999, p.89) alerta para um segundo equívoco.

O erro maior da “história cultural”, ou etno-história, é tratar a cultura como um domínio autônomo e não como uma instância superestrutural de uma sociedade historicamente determinada. Omite-se assim a determinação social da cultura, fazendo-a, ao contrário, a instância criadora do social.

Assim, a carência de objetividade e de precisão histórica relegada ao pensamento pós-estruturalista, aqui apresentada como crise epistemológica da escrita histórica, aconteceria por ausência de um centro estrutural que permita estabelecer um vínculo de causalidade e necessidade entre os acontecimentos sociais.

2.2 A solução que pode estar no “erro”

as leis e os princípios relativos a cada um desses tipos de fio. Entretanto, a soma dos conhecimentos sobre cada um desses tipos de fio componentes da tapeçaria é insuficiente para se conhecer esta nova realidade que é o tecido, isto é, as qualidades e propriedades próprias desta textura, como, além disso, é incapaz de nos ajudar a conhecer sua forma e sua configuração”.

As mesmas vertentes motivadoras da crise epistemológica da escrita histórica que resulta nos dois equívocos aqui apresentados, quais sejam a clivagem entre a cultura erudita e popular e o não reconhecimento da cultura como superestrutural, podem conter alguns dos caminhos de solução à crise exposta.

Ao se considerar a cultura como superestrutura complexa maior (tal qual a tapeçaria de Morin), formada pelos “microobjetos” (tal qual os fios da tapeçaria), em que esteja estabelecida a interdependência “horizontal” entre o erudito e o popular então a cultura seria a estrutura central que permite entender e explicar as relações de causalidade temporal entre os acontecimentos sociais.

Entretanto, a solução apresentada, implica que não haveria um “pós-estruturalismo” e o prefixo “pós” não poderia ser entendido como uma superação do estruturalismo, mas como já dito acima, os pós-estruturalismo não encerra a negação do estruturalismo, mas sim suas últimas consequências.

Da mesma forma que a pós-modernidade não pode ser entendida como superação da modernidade, mas como as últimas consequências desta, que parece mais adequado alterar a ideia incorporada no prefixo “pós”, seja a pós-modernidade, seja o pós-estruturalismo, para a ideia de uma modernidade reflexiva, o que embasaria no mesmo sentido o ideia de um “estruturalismo reflexivo” (BECK, 1997, Pag.68).

As razões postas para que se procure a superação dos postulados teóricos da modernidade, e entendam-se aqui estes postulados como a racionalidade e objetividade próprias do iluminismo, seria o receio de que aceitar os potenciais transformadores estruturais da sociedade do capital. Portanto, haveria um temor do futuro, que se exprimem nas palavras de Vasconcelos (1999. p. 89)

O temor do futuro altera a visão do passado e os “novos historiadores” se distanciam sempre mais do viés iluminista que vê na história potencialidades de progresso e transformação social. A matriz teórica marxista é sistematicamente negada em sua validade analítica. Refugia-se então numa paradoxal história sem historicidade. A supervalorização do cotidiano, a que já nos referimos, enquanto quadro privilegiado da duração, é indicativa dessa intenção de evitar a dialética presente-passado-futuro, essencial a toda ciência histórica que assuma a tarefa de revelar o potencial transformador inscrito no movimento do real.

Considerada as diversas problemáticas até aqui apresentadas, elas poderiam ser concentradas na (im)possibilidade relacional de causalidades entre os fatos sociais, ou seja, a questão central está na continuidade dos fatos a partir dos paradigmas das estruturas centralizadoras, como elementos condutores da narrativa e da escrita histórica.

Entretanto, ainda que pensemos as críticas e ponderações feitas ao pós-estruturalismo este pensamento não é desprovido de um arcabouço teórico que não possa responder a altura aos problemas apresentados.

Neste sentido, que este estudo passa então as considerações de Michael Foucault a respeito da forma pós-estruturalista de escrita histórica, seu método de “arqueologia” histórica e sua relação com a ideia *Continuidade e Descontinuidade* histórica.

3) AS BASES DE UM MODO PÓS-ESTRUTURALISTA DE ESCREVER A HISTÓRIA EM A ARQUEOLOGIA DO SABER

Foucault em a Arqueologia do saber, ao escrever sobre a história, faz uma importante diferenciação entre *Continuidade* e *Descontinuidade*, rompendo com o modo estruturalista de ver a história e em contrapartida aplicando um modo pós-estruturalista de escrever a história.

De acordo James Williams (2012, p.161) a distinção é importante visto que

Primeiro o novo historiador é um pensador de descontinuidades; segundo, a própria história é descontínua ao invés de contínua. A diferença é crucial porque permite a Foucault pensar em genealogias como intrinsecamente maleáveis ao invés de fechadas e totalmente determinadas. Se a história é descontínua, então seu controle sobre nós é limitado e fragmentado. Nós não apenas perdemos formas e compulsões necessárias, mas também brechas e oportunidades não são coisas herméticas, mas colchas de retalhos. Sua maleabilidade e incompletude possibilitam oportunidades para criação e variação. A abertura é construída na genealogia.

A história para Foucault deverá ser analisada pelos historiadores de forma descontínua, se a história é descontínua ela exerce um controle sobre nós de forma limitada e

fragmentada. A história seria um “quebra cabeças”, um mosaico, substituindo a idéia de que a história é construída por um único, correto e supremo relato. Ao contrário, Foucault, defende que esse relato contínuo e único deverá ser substituído por muitos relatos diferentes, buscando não as estabilidades estruturais, mas sim as instabilidades, os fragmentos, as aberturas, as divergências, os diferentes relatos e pontos de vista sobre a história.

Dessa forma, com esse mosaico de informações instáveis e desestabilizadoras o historiador deverá analisar a história de forma descontínua, buscando as rupturas em vez da continuidade, visto que é nas fissuras, nas “brechas” históricas que estão às oportunidades de se construir uma nova análise, com novas informações e novos saberes, que não sejam aqueles já estruturados.

Para analisar a história de forma descontínua o Historiador deverá agora utilizar de novas bases metodológicas, romper com a análise meramente contínua e estruturada da história, ele deverá “enxergar” além das estruturas e utilizar também métodos novos pós-estruturais.

Ao analisar a história com métodos novos, modifica-se não apenas a forma de análise como o próprio historiador, que Foucault denomina de *novo* historiador, por buscar uma nova história.

A nova história busca e descobre a descontinuidade, a velha história se move rumo a estruturas cada vez mais maciças e monolíticas: Em suma, a história do pensamento, dos conhecimentos, da filosofia, da literatura, parece multiplicar as rupturas e buscar todas as perturbações da continuidade enquanto a história propriamente dita, a história pura e simplesmente, parece apagar, em benefício das estruturas fixas, a irrupção dos acontecimentos. (FOUCAULT, 2013, p.6)

Foucault explica melhor a idéia de *nova* História ao analisar o *Monumento e Documento*. O Monumento seria um fato histórico, um episódio, um fragmento de um relato acontecido no passado. Já o Documento seria um signo, um símbolo estável, alicerçado em uma estrutura.

Importante observar que os velhos historiadores transformam Monumentos em Documentos, enquanto os novos historiadores desconstróem os documentos, para se chegar aos Monumentos. Ou seja, na nova história o caminho é feito ao inverso, o novo historiador irá desconstruir os documentos para analisar novas perspectivas, novos pontos de vista, fragmentos, pistas para tentar se alcançar um novo saber que não estava insculpido no documento, o seu trabalho é semelhante ao de um arqueólogo.

Sobre a *velha* História, Foucault (2013, p.8), assevera que, em sua forma tradicional, se dispunha a “memorizar” os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em Monumentos.

Jeame Williams (2012, p. 1620) assim assevera sobre as idéias de *Monumento e Documento*

O documento seria uma estrutura e signo estável. Monumento é uma reunião de muitas tensões diferentes em torno de algo que sempre requer uma informação adicional. Por exemplo, o documento poderá ser um signo que comprova uma determinada tese, Já o Monumento seria como uma ruína de uma era distante: Um complexo de resquícios daquela era. Os historiadores da continuidade tentam transformar monumentos em documentos, enquanto que os historiadores da descontinuidade tentam transformar documentos em Monumentos, ou seja, eles tomam coisas que supostamente são fatos e mostram que são ainda monumentos enigmáticos e abertos. Seria uma desconstrução.

Dessa forma, o novo historiador busca pistas, evidências, novas perspectivas e pontos de vista para além do documento, almejando descobrir novos documentos, agindo como um Arqueólogo.

A arqueologia ao buscar pistas e desenterrar objetos históricos se aproxima de acontecimentos do passado. O novo historiador – o Arqueólogo, também deverá se apropriar da investigação de objetos para tentar se aproximar de acontecimentos pretéritos, aplicando novos métodos, como por exemplo, a análise da história de forma descontínua, desconstruir documentos para se chegar a monumentos, a fim de utilizar a arqueologia para construir novas genealogias.

A arqueologia desenterra e cria o material para traçar genealogias, que por sua vez, seriam técnicas históricas de indagações e questionamentos sobre a criação de diversos saberes, crenças e histórias possibilitando a criação de outras novas, que não fossem àquelas postas.

Sendo que o novo historiador é um Arqueólogo no sentido de que as coisas do passado são pressupostos enigmáticos, complexos com multifacetados objetos, ao invés de formas de evidência.

Mas, importante pontuar, que as crenças, conhecimentos e histórias postas – muitas vezes em documentos – não deverão ser descartadas por completo. Significa que elas deverão ser colocadas a prova, questionadas, a fim de verificar sua sustentabilidade ou não. Essa idéia é chamada por Foucault (2013, p.28) de crítica radical e assim preceitua:

Não se trata, é claro, de recusá-las definitivamente, mas sacudir a quietude com a qual aceitamos; mostrar que elas não se justificam por si mesmas, que são sempre o resultado de uma construção cujas regras devem ser conhecidas, e cujas justificativas devem ser conhecidas, e cujas justificativas devem ser submetidas a escrutínio; definirem que condições, e em vista de que análises, algumas delas são legítimas; indicar as que nunca podem ser aceitas em quaisquer circunstâncias.

A nova história para Foucault busca analisar os pontos de tensões, as divergências, os conflitos as mudanças. Diferente da velha história que visa encontrar além da linearidade, as igualdades. O novo historiador está a buscar o novo.

Outro ponto importante analisado por Foucault é que o novo historiador, ou, Arqueólogo, busca não apenas o conhecimento científico, mas sim o saber.

O saber vai além do conhecimento científico, isso não significa que a Arqueologia de Foucault é anticientífica. Pelo contrário ele amplia o leque da ciência. O cientista ignora dados legítimos baseados em superstição ou crença religiosa, por exemplo. O Arqueólogo deve ser capaz de considerar o contexto religioso e antirreligioso. Ciência e arqueologia têm domínio de aplicação diferentes. Há lugares para ambas. (WILLIAMS, 2012, p.187)

Para Foucault (2013, p.200) o saber arqueológico proporciona uma resposta contundente de como obter saber a partir de um material fragmentado:

Analisar positividade é mostrar em acordo com quais regras uma prática discursiva pode formar grupos de objetos, enunciações, conceitos ou escolhas teóricas. Os elementos assim formados não constituem uma ciência com uma estrutura de identidade definida; seu sistema de relações é certamente menos estrito; mas eles também não são itens de conhecimento empilhados uns sobre os outros, derivados de experimentos, tradições ou descobertas heterogêneas, e ligados apenas pela identidade do sujeito que as possui.

Dessa forma, o novo historiador tem que levar em consideração outros tipos de saberes, além dos conhecimentos científicos, para se aproximar da verdade esculpida nos relatos históricos fragmentados.

Assim, podemos dizer que Foucault rompe com as idéias estruturais postas e se aproxima do pós-estruturalismo uma vez que privilegia a noção de *descontinuidade* em relação à *continuidade*; ele assinala uma investigação por meio do *Arqueólogo* em detrimento ao *cientista*; sendo o arqueólogo um *novo historiador* que atua em uma *nova história*; confrontando com a idéia de velho historiador e velha história; preceitua que o arqueólogo do saber deverá analisar os *documentos* para os *monumentos* e não o inverso; além disso, ele rompe com a idéia de epistemas para falar em genealogias, sempre privilegiando as mudanças, o movimento e não despreza os saberes não científicos.

Apesar de não se rotular como pós-estruturalista, no livro a arqueologia do saber, Foucault utiliza-se desse *modus operandi* para escrever a história, rompendo com conceitos estruturais e privilegiando formas diversas e fragmentárias capazes de propiciar uma mutação dos monumentos históricos.

4) DE MÉDICI A MARIGHELLA, UMA BREVE ANÁLISE (PÓS)ESTRUTURALISTA DA HISTÓRIA.

No dia 11 de dezembro de 2013 houve no Estado da Bahia uma eleição com candidatos “mortos”. Concorriam ao pleito Milton Sampos e Carlos Marighella. Não se tratava de

um cargo eletivo, de um mandato, tratava-se de uma eleição verdadeiramente histórica. De uma eleição que estaria reescrevendo a história, ao menos a do Colégio Estadual Presidente Emílio Garrastazu Médici, de Salvador capital da Bahia (MAGALHAES, 2013).

Nesta eleição os eleitores eram em sua maioria alunos do colégio, perfazendo o resultado seguinte: 406 votos (69%) a Marighella e 128 ao geógrafo Milton Santos. Os nulos foram 25, e os brancos, 27 (MAGALHAES, 2013). Assim o nome da escola passou a ser Colégio Estadual Carlos Marighella.

Diante deste resultado, no dia 02 de janeiro de 2015 o General Paulo Chagas publicou em seu “Blog” uma carta aberta ao então ministro da defesa Jaques Wagner, que à época das eleições mencionadas, ocupava o cargo de Governador do Estado da Bahia.

Antes de se adentrar em uma análise das declarações e ideias posta por Chagas em sua carta aberta, faz-se necessária uma sucinta explanação a respeito do processo eleitoral, bem como da “campanha” dos candidatos (CHAGAS, 2015).

Segundo a atual diretora da escola, que foi anteriormente professora de línguas por 16 na mesma instituição, o desejo de mudar o nome da escola já existe a anos:

"Sempre ofertamos uma educação de qualidade dentro das possibilidades de uma instituição pública. De fato, somos bem conceituados pelo ensino. Entretanto, a única mácula que tínhamos era a de carregar o nome de um personagem que representa um dos piores momentos da nossa história, a ditadura militar" (CHAGAS, 2015)

Com este sentimento é que foi encaminhado pela direção da escola um projeto de alteração do nome da escola em 2013. De acordo com a diretora neste mesmo ano os professores de ciências humanas, procederam a uma série de aulas e debates a respeito da história do Brasil e da Bahia, o que teria motivado aos alunos a proceder ao processo de mudança do nome do colégio. Assim, alunos e professores teriam escolhido Milton Santos, e Carlos Marighella para concorrer ao futuro nome da escola. O nome do presidente Médici não estaria na cédula de votação, restando aos insatisfeitos com nomes elencados a opção de votar em “branco” ou anular o voto. Foram computados

como eleitores os professores, funcionários e pais e alunos. Nestas condições foi então realizado o pleito, com os resultados lá expostos.

Voltando a carta aberta do General Paulo Chagas, este inicia o texto com a seguinte frase: “Fui, com muito orgulho, Comandante do Regimento Dragões da independência, a Escolta Presidencial”. Com este espírito de proteger o cargo presidencial é que o General passa expor sua defesa de do Presidente Médici, ou melhor, de sua memória.

O que importa para este estudo, não é a defesa da pessoa do Presidente Médice, mas da tradição que este representa.

Considerando as digressões teóricas aqui já apresentadas, questiona-se o que seria o exército? O que seria a tradição? O que seria para o exército a história e sua escrita? E qual seria a relação destas ideias com a alteração do nome de um Colégio estadual secundarista?

As respostas para tais indagações podem ser construídas com a justaposição do texto elaborado pelo General Paulo Chagas com as teorias estruturalista e pós-estruturalista.

Nos dizeres de Chagas:

Todas as vezes em que meus soldados iniciavam ou partiam para o cumprimento de uma das suas inúmeras missões, eu lhes recomendava que trouxessem “nas pontas das lanças os farrapos da vitória”!
O senhor, como qualquer pessoa, sabe que as lanças não são mais armas de guerra [...] São, hoje, simbolismos, Sr Ministro. Formas de buscar na realidade do passado a emulação e a responsabilidade moral de fazer jus à herança deixada por nossos antepassados e honrada por nossos antecessores. (CHAGAS, 2015)

Para o pensamento estruturalista o Exército, bem como as demais Forças Armadas, fariam parte da superestrutura central, por meio das quais os acontecimentos sociais poderiam traçar uma relação de causalidade, um vínculo inteligível entre os eventos e as relações sociais, conforme foi exposto no item dois deste estudo. Tal compressão teórica está explicitada de maneira quase que autoexplicativa nas palavras acima de Chagas, quando diz que uma das finalidades dos simbolismos e das tradições militares, é buscar

no passado uma relação de responsabilidade e causalidade valorativa para os membros do Exército Brasileiro.

Neste contexto estruturalista o que seria então a tradição? Esta seria o liame condutor entre passado e o presente-futuro, o amalgama valorativo da continuidade histórica, peculiar às concepções estruturalistas da narrativa e escrita histórica. Seria por meio da tradição que se manteria a unidade histórica, a continuidade e até mesmo parte da relação de causalidade dos eventos sociais.

Na esteira do pós-estruturalismo de Foucault, a tradição ao agir como elemento a serviço do continuísmo histórico, atuaria como instrumento de controle social histórico, desconsiderando as instabilidades estruturais, os fragmentos e as aberturas, em fim a diversidade de perspectivas dos mesmos acontecimentos históricos. Conforme já foi exposto no item 3 deste estudo.

Mais uma vez, as palavras do General Paulo Chamas ajudam a esclarecer a questão do que seria a continuidade e a descontinuidade da escrita histórica para o Exército, assevere o militar que:

E só há uma história, Sr Ministro, que não se subdivide em épocas ou missões, ela se encadeia em eventos que se suportam moralmente nos feitos que os antecedem e que, por sua vez, servem de suporte aos que lhes sucedem.

A História Militar brasileira é feita de valores perenes e imutáveis e reflete o empenho de seus integrantes na preservação, na prática e no culto dos valores Patriotas de Guararapes. As mesmas missões, e os mesmos sacrifícios!(CHAGAS, 2015)

Tomando as palavras de Chagas, percebe-se que na visão militar brasileira, a escrita histórica deve preservar a continuidade, peculiar do estruturalismo. Não caberia nesta óptica divergência de valores, nem tão pouco, aberturas a novas interpretações dos fatos. Ao contrário, a história deve ter sua escrita feita em um único relato, considerado correto, supremo e inquestionável, na sua missão de manter valores, que nas palavras do General devem ser perenes e imutáveis, pois apenas desta forma estariam preservados os valores patrióticos, oriundos de uma única possível genealogia, um único início a serviço de uma única tradição.

Quanto, a questão de qual a importância da alteração do nome do Colégio estadual em questão, para o exército brasileiro pode ser também elucidada pelas palavras do General Paulo Chamas. Para o castrense, alteração do nome do colégio, é uma ação que tenta dividir a história, sendo, portanto hostil, porem inócua, as Forças Armadas. Nas palavras do General.

A tentativa de dividi-las no tempo – ontem e hoje – como ideológica e preventivamente têm tentado os integrantes do Foro de São Paulo, é, portanto, inócua, inapropriada e desrespeitosa.

Inócua porque jamais conseguirá mudar a natureza dos soldados. Inapropriada porque visa a objetivos ideológicos rejeitados pela Nação e fora do contexto da natureza do homem brasileiro. Desrespeitosa porque desconsidera os valores inarredáveis que fazem respeitadas, em todo o mundo, as Forças Armadas do Brasil!

Neste sentido, a alteração do nome da escola estadual secundarista, configura para o as Forças Armadas brasileiras, não apenas desrespeito, mas coloca na berlinda a própria continuidade dos valores castrenses. Assim, mais que um nome, mais que uma escola, trata-se na verdade da própria natureza e identidade do Exército brasileiro. Confirma-se assim, que não apenas o homem, mas as instituições tem sua identidade formada por sua história. Vale então aqui a máxima de que, o homem é o homem e sua história. Da mesma forma, as instituições são as instituições e sua história, firmadas, fortalecidas e consolidadas pela continuidade de suas tradições.

Em um sentido diametralmente oposto ao exposto pelo General Carlos Chagas, apresenta-se a respeito da mudança do nome da escola o entendimento do historiador Ricardo Sizio, que percebe na radical diferença de perfis entre o Presidente Médici, e o Guerrilheiro Carlos Marighella a valorização das lideranças populares, em detrimento das lideranças impostas pelas estruturas políticas de dominação. Declara o historiador:

Essa mudança é de uma importância muito grande, porque se deixa de valorizar os líderes dos ditadores e começa a valorizar os líderes do povo, como Marighella. Esses líderes, nunca são referências em escolas, mas tirar o nome de um ditador e colocar o nome de um homem que luta pelo povo é um avanço fantástico. Outras escolas deveriam seguir esse exemplo. (SIZILIO, 2014)

4.1) Divergências históricas: uma questão de ilusão de óptica metodológica.

Após terem sido respondidas as questões a respeito da relação de continuidade e descontinuidade com alteração do nome da escola, e de o que esta mudança representa para as Forças Armadas Brasileiras. A questão que se impõe em virtude das divergências de perspectivas entre o General Paulo Chagas e o historiador Ricardo Sizilio, é de qual o motivo desta divergência? A princípio a questão parece simples, o que poderia ocasionar a ideia de uma resposta também simplória. Contudo, para a questão mais simples, há a necessidade de um olhar e de uma resposta mais elaborada.

Uma possível resposta a questão motivacional de divergência pode estar no método, na “lente” pelo qual o militar e o historiador percebem a história. Quando se fala em uma possível resposta, é porque neste estudo entende-se que além de uma, pode haver diversas outras respostas plausíveis. Toda via, toma-se aqui o caminho da perspectiva metodológica.

Inicialmente é preciso que se entenda a metodologia como uma “lente” um, instrumento óptico pelo qual o observador percebe o objeto, o conhece e o concebe em sua compressão. Assim, “lentes”, ou seja, métodos diferentes permitem observações e percepções diferentes de um mesmo objeto.

Dito isto, pode-se então adentrar aos métodos da “nova história” e da “velha história” apresentados por Foucault, e já discutidos no item 3 deste estudo. Segundo os ensinamentos do pesquisador francês, pode-se então verificar que a “lente” utilizada pelo General para perceber a história, é a lente da “velha história”, enquanto a “lente” pela qual o historiador “vê” a história é a “nova história”.

Para elucidar a afirmação e enquadramento acima, pode-se utilizar a análise de *Monumento e Documento*. Considerando que o Monumento é um fato, episódio, ou relato pretérito e que o Documento é um signo, um símbolo estável. Então a metodologia própria da “velha história” transforma Monumentos em Documentos, ao passo que metodologia, ou seja, a “lente” da “nova história” desconstrói Documentos para chegar aos Monumentos. Ai estria o cerne da divergência instaurada entre o General e o historiador.

Para o General Paulo Chagas, que vê pela “lente” da “velha história”, o Exército é um Documento, um signo, um símbolo estável, alicerçado em uma estrutura política. Este documento teria se originado, a partir da batalha de Guararapes (como foi citado pelo militar anteriormente) e se mantido pela tradição do Documento, que como um fio condutor, sustenta a relação de causalidade e valores aos monumentos que a ele sucedem, como as ações e missões de seus membros e adversários, no caso em tela, Médici e Marighella.

Já para o historiador, que observa pela “lente” da “nova história” é necessário que se desconstrua o Documento, no caso o Exército, desconstruir seus valores e sua narrativa linear, monolítica e contínua, para que desta forma se chegue aos Monumentos em suas diversas possibilidades de compreensão.

A alteração do nome do colégio estadual baiano, pode ser considerado como resultado de um processo de desconstrução do Documental do Exército e sua narrativa de continuidade. Ao se desconstruir o Exército como documento, torna-se então possível a releitura dos monumentos, Médici e Marighella de outra forma. Nesta “nova” leitura monumental, aquele que era herói e líder patriótico se torna ditador e aquele que era terrorista e criminoso se torna líder popular.

Então questiona-se, se o processo arqueológico aplicado na desconstrução do Documento (Exército) e na releitura dos Monumentos permite uma apreensão maior da verdade, ou pelo contrário, incorre na crise epistemológica exposta no item 2 deste estudo, por comprometer a objetividade e causalidade narrativa.

A resposta para a questão apresentada não pode ser alternativa, como um “sim” ou “não”. Ambas as perspectivas podem estar erradas e corretas, ao mesmo tempo. As visões divergentes aqui apresentadas não necessariamente têm de ser excludentes, podem ser complementares. Há uma superestrutura meta-narrativa que liga tanto o método da “nova”, quanto da “velha” história, contudo desconsiderada por ambas, razão pela qual divergem. O elemento superestrutural, e dinâmico pela sua natureza social seria a cultura. Como tal ela não pode ser desconstruída para observação monumental, uma vez que ela é ao mesmo tempo o objeto primeiro sempre a ser observado, bem como o meio necessário para ver qualquer objeto, seja qual for a “lente”, ou seja, o

método aplicado. Se os métodos são “lentes”, e os Documentos e Monumentos são os objetos a serem observados, então a cultura é a “luz”, que permite “ver”, mas que também pode ser observada e sem a qual não há observação. A divergência então entre o General e o historiador, pode ser considerada como uma “ilusão óptica”, por não se perceber na sua totalidade os reflexos da “luz”, sobre o objeto.

Considerações Finais

Por tudo até agora exposto, que neste estudo, vigora o entendimento de que alteração do nome da escola estadual, é evidência da descontinuidade própria da história, como bem fundamenta Foucault. Contudo, a afirmação de Ricardo Sizilio, de que escolha do nome do militante político Carlos Marighella, reflete a escolha popular por um líder do povo não se sustenta.

Como já resta explicitado nos primeiros parágrafos do último tópico, a motivação para alteração no nome do colégio não surgiu espontaneamente da comunidade em que a escola está inserida. A proposta de alteração somente teria sido abraçada pelos alunos da escola após as aulas e discussões dos professores de ciências humanas. Desta forma o que parece ter havido de fato, foi um processo de “acultramento” dos discentes, para não dizer doutrinação, uma vez que nem mesmo houve nas eleições a possibilidade eleitoral de manutenção do nome de Presidente Médici. Assim, o que teria havido de fato é uma alteração da narrativa e da escrita histórica posta à disposição dos alunos, agora eleitores do processo de escolha de nome da escola.

O processo eleitoral que deu ensejo alteração do nome do colégio em questão, bem como a manifestação do General Paulo Chagas, expõe não apenas a confrontação entre as perspectivas estruturalista e pós-estruturalista de compreensão e escrita histórica. A questão aprofunda-se na crise epistemológica da escrita histórica abordada no item 2 deste estudo. Toda via ao expor a crise epistêmica, apresenta uma possibilidade solução, como a terceira via, ou a terceira margem de um rio.

Ainda que a descontinuidade da história pareça deixar relegada ao acaso, e fora dos parâmetros de objetividade e racionalidade a escrita histórica, no caso da alteração

patronímica do colégio estadual, sobre o qual se manifesta revoltosamente o General Paulo Chagas. Esta percepção não é absoluta, nem deve assim prosperar.

A crise epistemológica sustentada pela suposta ausência de uma estrutura central, no caso as Forças Armadas Brasileiras, que por intermédio da tradição histórica de seus valores, manteria a objetividade e a relação de causalidade entre os fatos sociais é compreensível apenas quando não se considera a cultura como uma superestrutura, que tem como instituição a própria complexidade social e como tradição a constante mutabilidade, inerente a dinâmica da sociedade na qual esta surge e se manifesta.

Pode-se considerar a cultura como a superestrutura motivadora da mudança do nome da escola, na medida em que a mudança cultural foi motivada pela passagem do regime político militar para o regime democrático, e esta passagem só teria sido possível graças à mudança cultural anterior. Portanto a cultura enquanto superestrutura obedece a uma relação sistêmica recursiva² (MORIN, 2007).

O que vale ressaltar, que ainda que a cultura seja considerada como a superestrutura que motivou alteração patronímica da escola, esta não pode ser considerada como sendo nem fruto de uma cultura total, nem tão pouco popular. O processo de acultramento ocasionado pelos professores de humanidades revela a clivagem cultural entre cultura erudita e popular, já exposta no item dois deste estudo. Apenas a cultura erudita dos professores de humanidades foi capaz de ocupar o lugar de dinamismo, progresso e mudança social, a cultura popular permaneceu em seu lugar de permanência, repetição e atraso. Caso fosse a cultura popular a ocupar o lugar de tempo vivo e dinâmico, o nome da escola poderia ter sido de um “anônimo”, talvez uma antiga funcionária, ou um vendedor de pipocas conhecido no local, ou ainda algum cantor popular, bem ao gosto dos baianos.

Desta forma, resta a este estudo considerar que tanto em teoria como na prática da escola estruturalismo e pós-estruturalismo são reversos da mesma moeda. Naquele as estruturas que dominam o inconsciente do agir social e que perfazem a relação de

2 No quinto capítulo de sua obra “Introdução ao pensamento complexo” Edgard Morin (2007, pag.85) procura explicar as relações de causalidade, onde o produtor é também produto, em uma ação de contínua espiral, de forma que mudanças, acontecem por causa de mudanças, e aquelas geram novas mudanças, em um contínuo infinito. Nas palavras de Morin: “o produto é produtor do que o produz”

causalidades dos fatos sociais, encontra-se em estruturas político-econômicas. Já neste, permanecem as dominações estruturais do inconsciente humano e social, mas agora considerada a cultura como superestrutura, a mesma que serve para compreender as relações de causalidades entre os fatos sociais.

REFERENCIAS

BECK, U, GIDDENS, A.; Lash, S. **A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva.** São Paulo: Unesp, 1997.

BURKE, Peter. **A Escrita da História. São Paulo.** São Paulo: Unesp, 1992.

CHAGAS, Paulo. Disponível em:
<https://genpaulochagas.wordpress.com/2015/01/02/exmo-sr-ministro-jaques-wagner/>
Acesso em: 09 jun. 2015.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** 8.ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

MAGALHAES, mario. Disponível em:
<<http://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2013/12/12/colégio-presidente-medici-decide-trocar-nome-para-colégio-carlos-marighella/>> Acesso em: 09 jun. 2015.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007

RAGO, Margareth. **Narrar o passado, repensar a história.** 2.ed – São Paulo: Unicamp/Ifch, 2014

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. – (Série Pensamento Moderno)